



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 19/09

27 de Julho de 2009



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Expectativas goradas!



A Direcção da ANS, tal como as restantes associações profissionais de militares, foi convocada para uma reunião com o Doutor Alberto Coelho, Director Geral de Pessoal e Recrutamento de Pessoal do MDN, para tomarmos conhecimento e nos pronunciarmos acerca da revisão dos quadros orgânicos aprovada em Conselho de Ministros, onde se anuncia a redução de 1300 militares dos Quadros Permanentes.

Sáímos como entrámos: sem conhecer o documento ou proposta de documento em apreço!

De facto desta feita houve uma inovação negativa relativamente à prática deste Governo: após a reunião permanecemos sem conhecer qualquer proposta concreta.

Tomámos conhecimento que:

- O Director Geral que nos recebeu não tinha em seu poder nenhuma cópia da proposta em análise e sobre a qual se pretenderia que nos pronunciássemos;
- Está em curso, por proposta dos CEM e no âmbito dos respectivos estados-maiores, uma revisão do decreto-lei 202/93, que estipula os quadros orgânicos das Forças Armadas;
- Pressupõe-se vir a ser estabelecido um período transitório que garanta as expectativas de carreira dos actuais militares dos quadros permanentes – pretendia-se que nos pronunciássemos sobre a extensão desse prazo sem conhecermos mais nada, o que não faz sentido;
- Ficou combinado que nos seria remetido o documento em falta tão cedo quanto possível, após o que seríamos convocados para nova reunião, aí sim, já conhecedores de propostas e questões concretas.

Face a esta situação a ANS pronunciou-se acerca dos problemas relativos a quadros orgânicos que se conhecem e às preocupações de carreira com que os camaradas dos três ramos se defrontam hoje como há vários anos.

Reiterámos os princípios que desde há muito defendemos relativos à matéria dos quadros orgânicos e das carreiras profissionais e retributivas, de entre os quais salientámos os seguintes:

- As alterações relativas a esta problemática não devem ocorrer sem previamente se resolverem os actuais problemas existentes, de modo a que as soluções encontradas não venham a ser inquinadas logo à partida pela pesada herança dos velhos problemas;
- As soluções encontradas deverão ser de forma integrada, tendo em vista garantir a operacionalidade e o cumprimento das missões das Forças Armadas, adequando os quadros orgânicos e os conteúdos funcionais com o dispositivo de forças de defesa nacional, o desenho de carreiras profissionais e retributivas, a formação, especialização e qualificação dos militares – alterar uma destas vertentes de forma desintegrada, equivale a não resolver os problemas existentes e a comprometer e complicar as soluções necessárias e urgentes;

Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

Hoje, como nos 20 anos da nossa existência, na Defesa da Dignidade da Condição Militar!

A Direcção

Lisboa, 27 de Julho de 2009